



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Data de publicação no D.O.E: 07/06/2017

Resolução nº. 91-2017

Regulamenta o uso do SICAD (Sistema de Cadastro de Assistidos da Defensoria Pública) no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (Lei Complementar n.º 146/2003), em especial pelos artigos 15 e 21, incisos I, VI, IX e XIX, notadamente o de exercer o poder normativo e recomendar as medidas necessárias ao regular funcionamento da Defensoria Pública, a fim de assegurar o seu prestígio e consecução de seus fins e,

CONSIDERANDO o desenvolvimento do Sistema de Cadastro de Assistidos da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso – SICAD –, que visa a informatizar a atividade fim;

CONSIDERANDO que o SICAD será, gradativamente, instalado em todos os núcleos da Defensoria Pública, se tornando um ferramenta essencial ao desempenho das atribuições do cargo de Defensor Público;

CONSIDERANDO que o SICAD abrange, dentre outras funcionalidades, o preenchimento do Relatório Mensal de Atividades – RMA – bem com seu envio à Corregedoria Geral;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização e reestruturação do formulário de RMA a constar eletronicamente no SICAD;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do SICAD,

RESOLVE:

Art. 1º. O Sistema de Cadastro de Assistidos da Defensoria Pública – SICAD – é o software desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso destinado ao auxílio da atividade fim, bem como gerenciamento do Relatório Mensal de Atividades – RMA – dos Defensores Públicos.

Art. 2º. Compete ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Defensoria Pública – CETIC – a instalação do SICAD e treinamento dos usuários.

Art. 3º. O uso do SICAD passará a ser obrigatório depois de decorrido o prazo de trinta dias do término do treinamento dos usuários.

§1º. Nos núcleos onde não foi efetivado o treinamento é facultativo o uso do SICAD sendo que os Defensores Públicos optantes pelo uso deverão, obrigatoriamente, comunicar a Corregedoria Geral a sua utilização e providenciar o encaminhamento do RMA via sistema.

§2º. A decisão proferida pelo CETIC referente a aptidão do Núcleo no tocante ao uso do SICAD deverá ser subsidiada por declaração emitida pelos membros e servidores da Defensoria Pública lotados ou designados no Núcleo acerca da infraestrutura compatível para o uso do sistema.

§3º. Proferida decisão pelo CETIC acerca da aptidão do Núcleo no tocante ao uso do SICAD, ulterior interrupção do uso carecerá de apreciação e decisão do referido Comitê.

Art. 4º. Nos núcleos com uso do SICAD, o processo de preenchimento e remessa do RMA à Corregedoria deverá ser efetuado, obrigatoriamente, através do sistema, não sendo mais aceito o procedimento de envio por e-mail.



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Art. 5º. O processo de preenchimento do RMA e posterior remessa à Corregedoria Geral são discriminados no manual correspondente, localizado no item “Ajuda”, com visualização após efetuar o login de acesso ao SICAD.

Parágrafo único. Quando se fizer necessário o uso da justificativa preconizada no art. 5º, §2º, da Resolução nº. 89/2017/CSDP, esta deve ser efetuada obrigatoriamente no campo apropriado, denominado “Esclarecimento/Justificativas”, visualizável no SICAD quando da edição do RMA para posterior envio à Corregedoria.

Art. 6º. A avaliação mensal do RMA, a ser efetuada pela Corregedoria-Geral, será realizada igualmente pelo SICAD, em formulário predefinido, constante do Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único. O resultado da avaliação proferida pela Corregedoria-Geral deverá estar disponível ao Defensor Público para consulta e conhecimento, em campo apropriado no SICAD.

Art. 7º. Em decorrência da inclusão do processo de preenchimento do RMA e seu posterior envio à Corregedoria-Geral via SICAD, fica aprovado o novo formulário, nos termos do Anexo II desta Resolução.

§1º. O formulário descrito no *caput* deste artigo passa a ser de uso obrigatório, a partir de 1º de agosto de 2017, igualmente àqueles Defensores Públicos temporariamente dispensados do uso do SICAD.

§2º. Na hipótese do §1º, a remessa do RMA à Corregedoria-Geral deve ser via e-mail, para o endereço eletrônico corregedoria@dp.mt.gov.br, acompanhado, necessariamente, do ofício de encaminhamento contendo as justificativas e esclarecimentos necessários.

Art. 8º. Em caso de indisponibilidade do sistema, o RMA poderá ser remetido via e-mail, nos moldes do §2º, do art. 7º desta Resolução.

Art. 9º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, em especial o formulário de RMA aprovado nos autos do Procedimento nº. 185468/2008/CSDP.

Cuiabá, 2 de junho de 2017.

Silvio Jeferson de Santana
Defensor Público-Geral - Presidente do Conselho Superior

Márcio Frederico de Oliveira Dorilêo
1º Subdefensor Público-Geral

Caio Cezar Buin Zumioti
2º Subdefensor Público-Geral

Cid de Campos Borges Filho
Corregedor-Geral – Conselheiro

José Carlos Evangelista Miranda Santos
Conselheiro

Liseane Peres de Oliveira Toledo
Conselheira

Diogo Madrid Horita
Conselheiro

Paulo Roberto da Silva Marquezini
Conselheiro



**ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR**

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Érico Ricardo da Silveira
Conselheiro

Lúcio Andrade Hilário do Nascimento
Ouvidor-Geral e Conselheiro

Tathiana Mayra Torchia Franco
Presidente da AMDEP em exercício

Anexo I

Emissão de Parecer do R.M.A. via SICAD

Defensor:	USUÁRIO DEFENSOR
Referência do RMA:	02/2017 - NÚCLEO CRIMINAL DA CAPITAL
Avaliação da Representação Institucional e Atividades Externas:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> Excelente Bom Deficitário Justificado
Avaliação das Visitas em Unidade Prisional ou Unidade de Internação de Menores:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> Excelente Bom Deficitário Justificado Não atua na área
Avaliação das Peças Jurídicas e Manifestações:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> Excelente Bom Deficitário
A atuação do Defensor(a) Público(a), em relação às suas obrigações, é:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> Compatível Compatível com Ressalvas Incompatível
Efetuar Anotações, Recomendações, ou Orientações da Corregedoria-Geral:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> Sim Não
<input type="button" value="Salvar Parecer e Encaminhar Cópia ao Defensor Público"/> <input type="button" value="Cancelar"/>	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Anexo II

Relatório Mensal de Atividades
Atividades Diversas

ATIVIDADES DIVERSAS	
ATENDIMENTO AO PÚBLICO	
Atendimentos lançados nas pastas do SICAD	
Atendimentos Diversos	
Total geral de atendimentos no mês	
AUDIÊNCIAS REALIZADAS NO MÊS	
Cível	
Criminal	
Infância e Juventude	
Total geral de audiências no mês	
PROCESSOS RECEBIDOS EM ANDAMENTO NO MÊS	
Cível	
Criminal	
Infância e Juventude	
Total geral de processos, em andamento, recebidos no mês	
PROCESSOS RECEBIDOS COM SENTENÇA/ACÓRDÃO NO MÊS	
Cível	
Criminal	
Infância e Juventude	
Total geral de processos, com sentença/acórdão, recebidos no mês	
REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E ATIVIDADES EXTERNAS	
Acordos extrajudiciais obtidos no mês através de conciliação	
Acordos extrajudiciais obtidos no mês através de mediação	
Defesa em Processo Administrativo	
Entrevista em mídia escrita, falada ou televisionada	
Expedição de ofícios diversos	
Ofício de notificação para comparecer em sessões de acordos extrajudiciais	
Participação como membro de outro Conselho Municipal, Estadual, Nacional ou Internacional	
Participação como membro do Conselho da Comunidade	
Participação em Audiência Pública	
Participação em Comissão Especial	
Participação em evento na comunidade local	
Participação em evento na condição de palestrante ou painelista	
Participação em mutirão promovido pela Defensoria Pública	
Participação em mutirões promovidos por outros órgãos ou instituições	
Participação em programa de rádio ou televisão	
Publicação de artigo em revista, livro ou jornal	
Realização de Audiência Pública promovida pela Defensoria Pública	
Representação da Defensoria Pública em eventos e/ou reuniões	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Outras atividades	
VISITAS EM UNIDADE PRISIONAL	
Número de visitas efetuadas no mês	
Número de presos atendidos no mês	
VISITAS EM UNIDADE DE INTERNAÇÃO - ECA	
Número de visitas efetuadas no mês	
Número de menores infratores atendidos no mês	

Relatório Mensal de Atividades
Cível

PETIÇÃO INICIAL	
ÁREA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	
Adoção	
Alienação de Bens de Menor	
Alimentos e outros incidentes ou pedidos referente a alimentos	
Alvará	
Anulatória de Casamento	
Anulatória de Registro de Nascimento	
Arrolamento	
Busca e Apreensão de Menores	
Conversão de Separação em Divórcio	
Dissolução de União Estável	
Divórcio Consensual	
Divórcio Litigioso	
Emancipação	
Exceções e Outros Incidentes	
Execução de Alimentos (execução ou cumprimento de sentença)	
Interdição	
Intervenção de Terceiros	
Inventário e Partilha	
Investigação de Paternidade	
Investigação de Paternidade c/c Petição de Herança	
Homologação de Acordo Extrajudicial - Matéria de Família e Sucessões	
Negatória de Paternidade	
Partilha de Bens	
Reconhecimento de Maternidade	
Reconhecimento de Paternidade	
Reconhecimento de União Estável	
Reconvenção	
Regulamentação de visitas	
Restabelecimento da Sociedade Conjugal	
Revisão de Alimentos	
Separação de Corpos	
Tutela e Guarda de Crianças e Adolescentes	
Venda Judicial de Bens de Menores	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Outras ações na área de Família e Sucessões	
FEITOS GERAIS	
Ação Popular	
Ações Fiscais	
Ações Previdenciárias	
Adjudicação Compulsória	
Cobrança	
Concessão de uso especial	
Consignação em Pagamento	
Declaratória	
Desapropriação	
Despejo	
Divisão ou de Demarcação	
Embargos de Terceiro	
Exceções e outros incidentes	
Execução de honorários fixados em favor da Defensoria Pública	
Execução de Título Judicial	
Execução de Título Extrajudicial	
Habeas Data	
Indenização	
Insolvência Civil	
Intervenção de Terceiros	
Justificação	
Mandado de Injunção	
Mandado de Segurança Individual	
Mandado de Segurança Coletivo	
Medidas Cautelares Específicas	
Medidas Cautelares Inominadas	
Monitória	
Nunciação de Obra Nova	
Obrigação de Fazer/não Fazer	
Possessória	
Prestação de Contas	
Redibitória	
Reivindicatória	
Rescisão Contratual	
Rescisória	
Revisão/Arbitramento/Reajuste de Aluguel/Renovatória de Locação	
Revisional/Nulidade Contratual	
Substituição ou Extinção de Fiança	
Usucapião Individual	
Usucapião Coletiva	
Outras ações na área de Feitos Gerais	
VARA DA MULHER - DEFESA DA VÍTIMA	
Alimentos e outros incidentes ou pedidos referente a alimentos	
Alvará	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Anulatória de Casamento	
Busca e Apreensão de Menores	
Cobrança	
Conversão de Separação em Divórcio Consensual	
Conversão de Separação em Divórcio Litigioso	
Danos morais e/ou materiais	
Dissolução de União Estável	
Divórcio Consensual	
Divórcio Litigioso	
Exceções e Outros Incidentes	
Execução de Alimentos (execução ou cumprimento de sentença)	
Interdição	
Investigação de Paternidade	
Negatória de Paternidade	
Partilha de Bens	
Reconhecimento de Paternidade	
Reconhecimento de União Estável	
Regulamentação de visitas	
Restabelecimento da Sociedade Conjugal	
Revisão de Alimentos	
Separação de Corpos	
Tutela e Guarda de Crianças e Adolescentes	
Investigação de Paternidade	
Investigação de Paternidade c/c Petição de Herança	
Medida protetiva de encaminhamento da ofendida e dependentes ao programa oficial de proteção e atendimento	
Medida protetiva de recondução da ofendida e dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor	
Medida protetiva de afastamento da vítima, s/ prejuízos dos direitos relativos aos bens, guarda dos filhos e alimentos	
Medida protetiva de separação de corpo	
Medida protetiva de restituição dos bens indevidamente subtraídos pelo agressor à vítima	
Medida protetiva de proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade comum	
Medida protetiva de estabelecimento de caução provisória mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da violência doméstica sofrida	
Negatória de Paternidade	
Partilha de Bens	
Pedido de afastamento do agressor do lar da vítima	
Pedido de Liberdade Provisória	
Pedido de renúncia de ação	
Queixa crime	
Reconhecimento de Maternidade	
Reconhecimento de Paternidade	
Reconhecimento de União Estável	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Regulamentação de visitas	
Restabelecimento da Sociedade Conjugal	
Revisão de Alimentos	
Tutela e Guarda de Crianças e Adolescentes	
Outras ações na Vara da Mulher - Defesa da Vítima	
REGISTROS PÚBLICOS	
Retificação de Registro Civil	
Cancelamento/Anulação de Registro Civil	
Restauração de Registro Civil	
Suprimento de Registro Civil	
Registro Tardio	
Retificação de registro imobiliário	
Outras ações na área de Registros Públicos	
ÁREA DA SAÚDE	
Medicamento do SUS	
Medicamento fora de protocolo SUS	
Leito de UTI	
Exames	
Home Care	
Órteses e próteses	
Suplementos alimentares	
Consulta especializada	
Cirurgia ortopédica	
Cirurgia cardíaca	
Cirurgia da Visão	
Cirurgia neurológica	
Oxigenioterapia domiciliar	
Tratamento fora do domicílio	
Insumos	
Outras ações na área da Saúde	
CONTESTAÇÃO	
ÁREA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	
Adoção	
Alienação de Bens de Menor	
Alimentos e outros incidentes ou pedidos referente a alimentos	
Alvará	
Anulatória de Casamento	
Anulatória de Registro de Nascimento	
Arrolamento	
Busca e Apreensão de Menores	
Conversão de Separação em Divórcio	
Dissolução de União Estável	
Divórcio Consensual	
Divórcio Litigioso	
Emancipação	
Exceções e Outros Incidentes	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Execução de Alimentos (execução ou cumprimento de sentença)	
Interdição	
Intervenção de Terceiros	
Inventário e Partilha	
Investigação de Paternidade	
Investigação de Paternidade c/c Petição de Herança	
Negatória de Paternidade	
Partilha de Bens	
Reconhecimento de Maternidade	
Reconhecimento de Paternidade	
Reconhecimento de União Estável	
Reconvenção	
Regulamentação de visitas	
Restabelecimento da Sociedade Conjugal	
Revisão de Alimentos	
Separação de Corpos	
Tutela e Guarda de Crianças e Adolescentes	
Venda Judicial de Bens de Menores	
Outras contestações na área de Família e Sucessões	
FEITOS GERAIS	
Ação Popular	
Ações Fiscais	
Ações Previdenciárias	
Adjudicação Compulsória	
Cobrança	
Concessão de uso especial	
Consignação em Pagamento	
Declaratória	
Desapropriação	
Despejo	
Divisão ou de Demarcação	
Embargos de Terceiro	
Exceções e outros incidentes	
Execução de honorários fixados em favor da Defensoria Pública	
Execução de Título Judicial	
Execução de Título Extrajudicial	
Habeas Data	
Indenização	
Insolvência Civil	
Intervenção de Terceiros	
Justificação	
Mandado de Injunção	
Mandado de Segurança Individual	
Mandado de Segurança Coletivo	
Medidas Cautelares Específicas	
Medidas Cautelares Inominadas	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Monitória	
Nunciação de Obra Nova	
Obrigação de Fazer/não Fazer	
Possessória	
Prestação de Contas	
Redibitória	
Reivindicatória	
Rescisão Contratual	
Rescisória	
Revisão/Arbitramento/Reajuste de Aluguel/Renovatória de Locação	
Revisional/Nulidade Contratual	
Substituição ou Extinção de Fiança	
Usucapião Individual	
Usucapião Coletiva	
Outras contestações na área de Feitos Gerais	
VARA DA MULHER - DEFESA DA VÍTIMA	
Alimentos e outros incidentes ou pedidos referente a alimentos	
Alvará	
Anulatória de Casamento	
Busca e Apreensão de Menores	
Cobrança	
Conversão de Separação em Divórcio Consensual	
Conversão de Separação em Divórcio Litigioso	
Danos morais e/ou materiais	
Dissolução de União Estável	
Divórcio Consensual	
Divórcio Litigioso	
Exceções e Outros Incidentes	
Execução de Alimentos (execução ou cumprimento de sentença)	
Interdição	
Investigação de Paternidade	
Negatória de Paternidade	
Partilha de Bens	
Reconhecimento de Paternidade	
Reconhecimento de União Estável	
Regulamentação de visitas	
Restabelecimento da Sociedade Conjugal	
Revisão de Alimentos	
Separação de Corpos	
Tutela e Guarda de Crianças e Adolescentes	
Investigação de Paternidade	
Investigação de Paternidade c/c Petição de Herança	
Medida protetiva de encaminhamento da ofendida e dependentes ao programa oficial de proteção e atendimento	
Medida protetiva de recondução da ofendida e dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Medida protetiva de afastamento da vítima, s/ prejuízos dos direitos relativos aos bens, guarda dos filhos e alimentos	
Medida protetiva de separação de corpo	
Medida protetiva de restituição dos bens indevidamente subtraídos pelo agressor à vítima	
Medida protetiva de proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade comum	
Medida protetiva de estabelecimento de caução provisória mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da violência doméstica sofrida	
Negatória de Paternidade	
Partilha de Bens	
Pedido de afastamento do agressor do lar da vítima	
Pedido de Liberdade Provisória	
Pedido de renúncia de ação	
Queixa crime	
Reconhecimento de Maternidade	
Reconhecimento de Paternidade	
Reconhecimento de União Estável	
Regulamentação de visitas	
Restabelecimento da Sociedade Conjugal	
Revisão de Alimentos	
Tutela e Guarda de Crianças e Adolescentes	
Outras Contestações na Vara da Mulher - Defesa da Vítima	
REGISTROS PÚBLICOS	
Retificação de Registro Civil	
Cancelamento/Anulação de Registro Civil	
Restauração de Registro Civil	
Suprimento de Registro Civil	
Registro Tardio	
Retificação de registro imobiliário	
Outras Contestações na área de Registros Públicos	
RECURSOS	
PRIMEIRA INSTÂNCIA	
Agravo de Instrumento	
Embargos de Declaração	
Apelação	
Contrarrazões em Apelação	
Recurso Inominado (Juizado Especial)	
Contrarrazões em Recurso Inominado (Juizado Especial)	
Outros Recursos	
OUTRAS ATIVIDADES	
PRIMEIRA INSTÂNCIA	
Impugnação à Contestação	
Memoriais	
Outras atividades	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Relatório Mensal de Atividades Criminal

PROCESSO DE CONHECIMENTO	
ATUAÇÃO ORDINÁRIA EM PROCESSO DE CONHECIMENTO	
Memoriais ou alegações finais	
Comunicação de prisão recebida	
Defesa preliminar	
Exceções	
Incidente de falsidade	
Medidas assecuratórias (sequestro, arresto, hipoteca legal)	
Pedido de desaforamento	
Pedido de exame de insanidade mental	
Pedido de expedição de guia de execução penal	
Pedido de liberdade provisória	
Pedido de reconhecimento de prescrição	
Pedido de relaxamento de prisão em flagrante	
Pedido de restituição de coisas apreendidas	
Pedido de revogação de prisão preventiva	
Defesa em plenário do Júri	
Pedido de revogação de prisão temporária	
Pedido de suspensão condicional do processo	
Pedido de suspensão do processo (réu revel - art. 366 CPP)	
Petição de arguição de nulidade processual	
Queixa-crime	
Questões prejudiciais	
Representação criminal	
Outros	
RECURSOS ORDINÁRIOS	
Embargos de Declaração	
Recurso de Apelação	
Contrarrazões em Recurso de Apelação	
Recurso em Sentido Estrito	
Contrarrazões em Recurso em Sentido Estrito	
Outros	
AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	
Pedido de Reabilitação	
Habeas Corpus	
Mandado de Segurança (matéria criminal)	
Revisão Criminal	
Embargos de Terceiros	
Outros	
EXECUÇÃO PENAL	
PEDIDOS À DIRETORIA DA UNIDADE PRISIONAL	
Atestado de trabalho	
Atribuição de trabalho	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Atribuição de estudo	
Atestado de comportamento carcerário	
Atestado de permanência carcerária	
Assistência médica	
Assistência odontológica	
Assistência farmacêutica	
Assistência social	
Assistência psicológica	
Exame criminológico	
Inclusão em pronturário - Entrevistas	
Inclusão em pronturário - Declaração de atendimento	
Inclusão em prontuário - Petições	
Outros	
PEDIDOS À SEJUSP	
Transferência de reeducando	
Pedidos de providência em Unidade Prisional	
Direito de petição	
Outros	
PEDIDOS JUDICIAIS EM EXECUÇÃO PENAL	
AAPC - Atestado anual de pena a cumprir	
Agravo em Execução Penal	
Anistia	
Audiência de justificação	
Autorização de saída temporária	
Cálculos	
Comutação de pena	
Continuidade delitiva - CP, art. 71	
Contrarrazões em Agravo em Execução Penal	
Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva	
Detração	
Estudo social	
Extinção da punibilidade	
Graça	
Habeas Corpus	
Homologação de cálculos	
Impugnação à cálculo de pena	
Indulto	
Isenção de custas	
Justificativa - Descumprimento de condições do regime	
Livramento condicional	
Mandado de Segurança	
Pedidos de interdição de Unidade Prisional	
Progressão de regime - Semiaberto para aberto	
Progressão de regime - Fechado para aberto	
Progressão de regime - Fechado para semiaberto	
Reabilitação	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Remição - Estudo ou Trabalho	
Revisão Criminal	
Soma das penas e fixação do regime - LEP, art. 111	
Suspensão condicional da pena	
Suspensão ou parcelamento da pena de multa	
Transferência de P.E.P	
Transferência de reeducando	
Unificação de penas - CP, art. 75	
Outros	

Relatório Mensal de Atividades
Direitos Coletivos

PETIÇÃO INICIAL	
AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONTRA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL RELACIONADAS COM:	
Atos e Contratos Administrativos em geral	
Atos de Improbidade Administrativa	
Criança e Adolescente	
Direito sanitário	
Direito urbanístico	
Idoso	
Iluminação pública	
Meio ambiente	
Moradia	
Patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico	
Pessoas portadoras de necessidades especiais	
Saúde	
Segurança pública	
Sistema prisional	
Transporte público	
Outros	
AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONTRA O PODER PÚBLICO ESTADUAL RELACIONADAS COM:	
Atos e Contratos Administrativos em geral	
Atos de Improbidade Administrativa	
Criança e Adolescente	
Direito sanitário	
Direito urbanístico	
Idoso	
Iluminação pública	
Meio ambiente	
Moradia	
Patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico	
Pessoas portadoras de necessidades especiais	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Saúde	
Segurança pública	
Sistema prisional	
Transporte público	
Outros	
AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONTRA O PODER PÚBLICO FEDERAL RELACIONADAS COM:	
Atos e Contratos Administrativos em geral	
Atos de Improbidade Administrativa	
Criança e Adolescente	
Direito sanitário	
Direito urbanístico	
Idoso	
Iluminação pública	
Meio ambiente	
Moradia	
Patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico	
Pessoas portadoras de necessidades especiais	
Saúde	
Segurança pública	
Sistema prisional	
Transporte público	
Outros	
AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONTRA OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS RELACIONADAS COM:	
Atos e Contratos Administrativos em geral	
Atos de Improbidade Administrativa	
Criança e Adolescente	
Direito sanitário	
Direito urbanístico	
Idoso	
Iluminação pública	
Meio ambiente	
Moradia	
Patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico	
Pessoas portadoras de necessidades especiais	
Saúde	
Segurança pública	
Sistema prisional	
Transporte público	
Outros	
AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONTRA ENTIDADE PRIVADA RELACIONADAS COM:	
Atos e Contratos Administrativos em geral em concurso com o Administrador Público	
Atos de Improbidade Administrativa em concurso com o Administrador Público	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Criança e Adolescente	
Consumidor	
Direito sanitário	
Direito urbanístico	
Idoso	
Meio ambiente	
Patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico	
Pessoas portadoras de necessidades especiais	
Saúde	
Transporte público	
Outros	
RECURSOS	
PRIMEIRA INSTÂNCIA	
Agravo de Instrumento	
Embargos de Declaração	
Apelação	
Contrarrazões em Apelação	
Outros	
OUTRAS ATIVIDADES	
PRIMEIRA INSTÂNCIA	
Impugnação à Contestação	
Memoriais	
Petições diversas ou outras atividades	

Relatório Mensal de Atividades
Infância e Juventude

CÍVEL	
GERAL	
Impugnação à Contestação	
Memoriais	
Petições diversas ou outras atividades	
PETIÇÃO INICIAL	
Ação Civil Pública na área da Infância e Juventude	
Ação de Adoção c/c destituição do poder familiar c/ pedido liminar de guarda	
Ação de Busca e Apreensão	
Ação Mandamental	
Autorização de Viagem	
Autorização para estudar no período noturno	
Guarda c/ decretação liminar c/c pedido inscrição de assento de nascimento	
Guarda c/c pedido de liminar	
Homologação de acordo extrajudicial	
Interdição	
Medida Protetiva - Inscrição de assento de nascimento	
Medidas Protetivas urgentes	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Suspensão do Pátrio Poder Familiar c/c Guarda	
Tutela c/c Perda do Poder Familiar	
Outros	
CONTESTAÇÃO	
Ação de Adoção c/c destituição do poder familiar c/ pedido liminar de guarda	
Ação de Busca e Apreensão	
Autorização de Viagem	
Autorização para estudar no período noturno	
Guarda c/ decretação liminar c/c pedido inscrição de assento de nascimento	
Guarda c/c pedido de liminar	
Interdição	
Medida Protetiva - Inscrição de assento de nascimento	
Medidas Protetivas urgentes	
Suspensão do Pátrio Poder Familiar c/c Guarda	
Tutela c/c Perda do Poder Familiar	
Outros	
RECURSOS	
Agravo de Instrumento	
Embargos de Declaração	
Apelação	
Contrarrazões em Apelação	
Outros	
ATO INFRACIONAL	
GERAL	
Petições diversas ou outras atividades	
PROCESSO DE CONHECIMENTO	
Defesa preliminar	
Alegações finais/memoriais	
Pedido de revogação de internação	
Medidas protetivas em favor interno	
Progressão de medida sócio-educativa	
Outros	
RECURSOS ORDINÁRIOS	
Embargos de Declaração	
Recurso de Apelação	
Contrarrazões em Recurso de Apelação	
Recurso em Sentido Estrito	
Contrarrazões em Recurso em Sentido Estrito	
Agravo de Instrumento	
Contrarrazões em Agravo de Instrumento	
Outros	
AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	
Habeas Corpus	
Mandado de Segurança (matéria criminal)	
Outros	



ESTADO DE MATO GROSSO
DEFENSORIA PÚBLICA
SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR

Missão: Promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, respaldada na ética e na moralidade.

Relatório Mensal de Atividades
Segunda Instância

ATUAÇÃO RECURSAL PERANTE OS TRIBUNAIS	
Embargos de Declaração	
Contrarrazões em Embargos de Declaração com efeitos Infringentes	
Embargos Infringentes e de Nulidade	
Razões de Recurso de Apelação (CPP, art. 600, § 4º)	
Medidas Cautelares	
Sustentação oral	
Recurso Ordinário Constitucional	
Recurso Especial	
Contrarrazões em Recurso Especial	
Recurso Extraordinário	
Contrarrazões em Recurso Extraordinário	
Recurso de Agravo ao STJ	
Contrarrazões ao Recurso de Agravo ao STJ	
Recurso de Agravo ao STF	
Contrarrazões ao Recurso de Agravo ao STF	
Recurso de Agravo de Instrumento	
Contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento	
Agravo Interno	
Contrarrazões ao Agravo Interno	
Agravo Regimental	
Contrarrazões em Agravo Regimental	
Embargos de Divergência	
Reclamação	
Outros	
AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	
Pedido de Reabilitação	
Habeas Corpus	
Mandado de Segurança	
Contestação em Mandado de Segurança	
Revisão Criminal	
Ação Rescisória	
Contestação em Ação Rescisória	
Outros	